

“A oficina régia e a cultura escrita no reinado de Afonso X (Castela e Leão, 1252-1284)”

LEONARDO AUGUSTO SILVA FONTES*

Este trabalho, oriundo do projeto de pesquisa de doutorado, situa-se no âmbito de uma História Cultural renovada – a partir principalmente dos estudos de Roger Chartier e Paul Zumthor sobre o livro, a escrita, a oralidade e a leitura.

Para tratar dos desafios desse tipo de investigação no que tange à Castela do século XIII e à oficina de Afonso X, será utilizado um extenso *corpus* documental: seus documentos de chancelaria (como seus dois testamentos), a fim de dimensionar a extensão e a importância de sua oficina régia, de sua produção livresca e de seus profissionais (escrivães, tradutores, colaboradores, copistas, iluminadores, entre outros); incluindo os privilégios reais, que podem dar mais elementos sobre a relação da corte afonsina com os súditos-leitores, entre outros temas.

Além disso, serão analisadas suas grandes obras (cronísticas, poéticas, científicas e jurídicas) e suas traduções para o castelhano de textos clássicos greco-romanos, árabes e judaicos, tentando-se compreender e explicar o motivo e os mecanismos pelos quais foram criadas e traduzidas, o que elas trazem de representativo sobre o livro, a escrita e a leitura nessa época e como serviram para a atuação e imagem de Afonso X. Assim, pretende-se verificar com que propósitos e estrutura essa oficina foi montada, quem foram seus profissionais, sua relação com a cultura escrita nessa época e como se deu a relação e a influência de judeus e muçulmanos nesse projeto político-cultural.

Pretende-se analisar dois grandes temas vinculados à cultura escrita medieval: em primeiro lugar, a produção dos livros e documentos da oficina régia de Afonso X, rei de Castela e Leão (1252-1284), vinculada ao estudo das práticas de escrita, leitura e circulação neste século XIII; em segundo lugar, o próprio conceito e uso político dessa escrita para a imagem interna e externa deste monarca. Tentar-se-á, assim, responder a algumas questões: o caráter fundador dessa escrita ensejou de fato um projeto político-cultural, de poder? Há como apreender uma prática de leitura nesse século XIII a partir dessas obras? Qual o valor do livro

* Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutorando em História Medieval, Bolsista CNPq e Técnico da Coordenação de Documentos Escritos do Arquivo Nacional.

para este reinado?

Com essas obras, Afonso X criou um novo “protocolo de leitura”? De que forma se deu a participação de judeus e muçulmanos na corte afonsina, principalmente em seus projetos de tradução? Qual era o objetivo de se traduzir textos pagãos e não-cristãos num momento de forte tensão na cristandade? O que indica a escolha dessas obras traduzidas? As tensões religiosas se atenuaram com essa efervescência cultural? Por que Afonso X valoriza tanto o livro, a escrita, a palavra e o saber em seu reinado?

Cabe destacar que toda essa produção foi fundamental para a formação da corte de Afonso X, conhecido como rei sábio. Não existe rei sem livro, seu grande tesouro, ainda mais no caso desse monarca. O papel dos colaboradores, tradutores e copistas como intermediadores culturais e políticos deve ser levado em consideração, assim como os meandros da produção e circulação dos manuscritos nesse século XIII castelhano.

A oficina urbana de produção de manuscritos se assemelhava às outras corporações de ofício e sua circulação aumentou significativamente, mas “mesmo se tivéssemos conservado todos os manuscritos, eles representariam apenas uma ínfima parte dos textos falados, e o fariam de maneira deformada” (BATANY, 2006 : 383-384).

Jean Batany defende que a cultura medieval “erudita” nunca esteve somente nas bibliotecas, principalmente nos séculos XIII e XIV, época em que as universidades não comportavam mais exames escritos, estando totalmente baseadas em cursos e exercícios orais – os manuscritos serviam, então, como dossiês e testemunhos. Este autor defende, assim, que “o uso crescente de documentos escritos, dos séculos XII ao XIV, não lhes tira seu valor secundário em relação à memória, às falas, aos cantos, aos gestos, aos objetos simbólicos. Nas escolas, o mestre ‘lia’, o aluno ‘escutava’” (BATANY, 2006: 389). Escrevia-se e lia-se bastante no final da Idade Média, sobretudo material bíblico e litúrgico.

O impacto dessas mudanças foi imenso. Havia empréstimos de manuscritos entre os mosteiros e os monarcas, o que relativiza a suposta clausura total dos textos medievais. Quanto aos textos pagãos, nem todos eram copiados. Somente no século XIII a recuperação dos clássicos se intensifica, principalmente através dos árabes e da corte afonsina.

Segundo Manuel González Jiménez, Afonso X expediu em sua chancelaria real e

outras oficinas documentais cerca de impressionantes 3.500 diplomas¹. Em sua tese de doutorado², Marina Kleine estuda justamente a *cámara del rey* no reinado afonsino e afirma que essa produção se destaca não só pelo aumento significativo do volume documental “en comparación con los reinados anteriores sino fundamentalmente por constituir un punto de inflexión en el desarrollo de la cancellería real castellana en la Edad Media” (KLEINE, 2011: 329).

Esta historiadora brasileira, por meio de seu estudo prosopográfico, aprofunda a análise sobre a câmara régia e suas quatro definições neste momento: aposento, fisco, concessão e oficina de expedição documental diretamente vinculada ao rei. É esta última definição que interessa, pois “a partir del análisis de la documentación y de los textos producidos durante el reinado de Alfonso X, momento en que la expresión ‘cámara del rey’ aparece por primera vez así formulada” (KLEINE, 2011: 339). Há as quatro definições, geralmente mescladas, sem um corte preciso entre cada função, no reinado afonsino.

Após refletir sobre a relativa escassez de documentos conservados e seu grande grau de dispersão, Marina Kleine afirma que é nas *Siete Partidas* que a evolução da palavra *cámara* aparece de forma mais evidente, relacionada à produção de documentos de chancelaria. Destaca-se que, nesta obra, a referência “a la custodia de los escritos del rey refleja el alto valor atribuído a la documentación y a los libros del monarca” (KLEINE, 2011: 344).

Esse destaque à produção documental e livresca do monarca aparece em seu testamento de 21/01/1284, outorgado em Sevilha, em que Afonso X indica claramente que possuía uma biblioteca e que recebia livros de outros monarcas, como Luís IX da França. Além disso, ele demonstra o grande valor que dava a esses verdadeiros tesouros (régios), ao listar ao listar alguns deles em seu último texto em vida. “Na tradição, livro é decoração; e a biblioteca, sinal de um saber ou de um poder” (CHARTIER, 2001: 90-91). Vânia Leite Fróes reflete sobre a produção de manuscritos nessa época e os associa à categoria de tesouros:

¹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel y CARMONA RUIZ, María Antonia. *Documentación e itinerario de Alfonso X*. Sevilla, Universidad de Sevilla, 2011. Agradeço a González Jiménez a prestimosidade e confiança em me oferecer ainda no prelo o acesso a esses registros, por meio de sua publicação.

² Na Universidad de Sevilla, via CAPES e em vias de conclusão, sob orientação de González Jiménez.

Surgiram as oficinas com artesãos especializados nessa produção e, muito cedo, as funções foram se dividindo – os escribas, os pintores e desenhistas, os iluminadores, os vendedores. Quanto maior a riqueza, maior a piedade e maior as possibilidades de salvação. [...] Muitos desses tesouros eram usados individualmente e de seu fabrico temos diversas notícias. Vários deles chegaram até hoje quase intactos e apreciá-los é, como já se falou, uma fruição a que não nos devemos furtar (FRÓES, 2011: 93).

Esta ideia pode ser estendida ao reinado de Afonso X, pelo menos em dois grandes momentos de sua vida. Em seu testamento de 21/01/1284, outorgado em Sevilha, Afonso X indica claramente que possuía uma biblioteca e que recebia livros de outros monarcas, como Luís IX da França. Além disso, demonstra o grande valor que dava a esses verdadeiros tesouros régios, ao listar alguns deles neste documento – seu último em vida:

E mandamos otrosí, que las dos Biblias et tres libros de letra gruesa, cobiertas de piata, e la otra en tres libros hestoriada que nos dio el rey Luis de Francia, e la nuestra tabla con las reliquias, e las coronas con las piedras, e con los camafeos, e sortijas, e otras cosas nobles que pertenecen al rey, que lo haya todo aquel que con derecho por nos heredare el nuestro señorío mayor de Castilla y León (AFONSO X, 1940: 198).

Portanto, o livro, para Afonso X está no mesmo patamar que as *otras cosas nobles* que pertenciam ao rei. Além dessas obras e do *Setenario*, Afonso X também manda que

todos los libros de los *Cantares de loor de Santa Maria* sean todos en aquella iglesia de nuestro cuerpo se enterrare, e que los fagan cantar las fiestas de Sancta Maria. E si aquel que lo nuestro heredare con derecho e por nos, quisiere haber estos libros de los *Cantares de Sancta Maria*, mandamos que faga por ende bien et algo a la iglesia onde los tomare porque los haya con merced e sin pecado (AFONSO X, 1940: 198)

Percebe-se que a questão do livro e da escrita não era menor para Afonso X, ao contrário. E poderíamos nos perguntar se era comum neste século XIII castelhano tamanha especificação em testamentos e inventários de uma verdadeira biblioteca régia.

A partir do levantamento de fontes primárias para o projeto de doutorado, encontrou-se um trecho paradigmático acerca do lugar e da importância do livro e da escrita na corte afonsina: *El rey faze un libro non por quel él escriba con sus manos mas porque compone las razones d'él e las emienda et yegua e endereça e muestra la manera de cómo se deven fazer, e desí escrívelas qui él manda. Però dezimos por esta razón que el rey faze el libro* (AFONSO X, GE: 477 b. Grifo meu).

Havia, assim, um protocolo de escrita (e de leitura) e uma grande variedade de funções

e níveis de intervenção régia no processo de criação das obras de Afonso X em sua oficina. A especialista em escrita medieval, Elisa Ruiz García, diz que “hay que resaltar que su papel en la nueva concepción del libro en lo que concierne a la función utilitaria atribuida al mismo. Ciertamente, era considerado como un artefacto, que requería unas instrucciones de uso” (RUIZ GARCÍA, 2006: 372)

A escrita afonsina se reveste, assim, de grande caráter político e exercício do poder. Por isso, é interessante sua associação e investimento neste universo, sendo frequente a aparição de Afonso X “en las exquisitas miniaturas de la época, rodeado de profesionales tan variados del mundo de la cultura como ‘trasladadores’, ‘enmendadores’ o ‘ayuntaores’, cuando no de copistas, miniaturistas, músicos, etc.” (VALDEÓN, 2011: 170).

Durante a alta Idade Média isso se dava em grande parte pela oralidade e quando na escrita, pelos eclesiásticos. Esse panorama muda de forma acentuada a partir dos séculos XII-XIII, com o uso cada vez mais dos documentos escritos e a inserção dos laicos no desempenho das tarefas da escrita, como a escrivania e a tradução. Nessa época, houve um aumento no número dos textos autógrafos (escritos e assinados pelo próprio autor das ideias), como os de Afonso X. Porém, isso não se deu da mesma forma em todos os lugares, pois o trabalho dos copistas permanecia ainda de forma corporativa na produção de códices. Muitas vezes o autor se auto-identificava; contudo, a figura individual permanecia com pouca importância. O prestígio do oral sobre o escrito ainda se sobrepunha. A oralidade e a performance ainda valiam muito. Daí a autoria tradicional ser relativizada, pois havia inúmeras interferências e interpolações de outrem nos textos.

Menéndez Pidal reconhece, assim, que a suspeita acerca da autoria plena de Afonso X na *Primera Crónica General* é válida. Porém, interessa aqui a noção afonsina de que o “rei faz o livro”, presente em sua obra:

de los colaboradores que trabajaron en la Crónica General nada sabemos [...]; sólo queda, como autor único, el rey que no dice, como en la General Estoria, **fiz fazer este libro**, sino que escribe terminantemente: 'Nos don Alfonso... mandamos ayuntar quantos libros pudimos aver de historia que en alguna cosa contassen de los fechos de España... et compusimos este libro (AFONSO X. *Primera Crónica General de Españã*. pp. VII-LVI. p. X).

Este monarca impulsionou enormemente a cultura escrita em terras castelhanas, inclusive no campo da tradução. Em meados do século XIII,

Toledo era de novo o centro de uma intensa atividade de tradução, com o impulso dado pelo rei Afonso X, cujos secretários redigiam, primeiro em castelhano, depois, em certos casos, em latim, o que os intérpretes, geralmente judeus, tinham compreendido do original. Obras de astronomia e astrologia, o relato de viagem noturna de Maomé, o célebre tratado de magia chamado *Picatrix* foram divulgados, mas o empreendimento de Afonso X tem características próprias. Mesmo que sábios toledanos tenham colaborado nele, não são geralmente incluídos entre aqueles que a historiografia chama ‘tradutores de Toledo’” (JACQUART, 1992: 164).

Esta cidade era, então, o grande centro tradutor e cultural da Europa, de onde o Ocidente iniciou a apropriação da produção intelectual do mundo greco-romano e do árabe. Essa aliança entre o antigo e o novo é a grande marca desse século XIII, no meio de um processo cultural intenso entre cristãos, muçulmanos e judeus:

Alfonso X estableció una diferencia con la política de traducciones del período precedente. En primer lugar, incluyó en los trabajos obras literarias, junto con el corpus de obras científicas y filosóficas. Por otra parte, al solicitar la traducción al romance (lengua vulgar) y no al latín (lengua culta) marcó el inicio de una empresa de traducción en lengua vernácula que se apartaba del movimiento precedente, donde el romance era sólo un intermediario oral entre un arabista y un latinista (BARROSO, 2003: 8).

Houve, então, uma verdadeira profissionalização do ofício de tradutor. Outro ofício que passa por transformações nessa época é o de escrivão. Antonio José López Gutiérrez demonstra, por exemplo, para os documentos diplomáticos afonsinos que:

En la cancillería de Alfonso X actuaban dos tipos de escribanos: grossatores y registratores. A los primeros, competía la confección material del documento no sólo en cuanto a la escritura se refiere sino también en lo que respecta a la realización del signo rodado [...]; los segundos, se dedicaban al registro de documentos en los libros de la cancillería y su participación comienza a acentuarse en la oficina regia toda vez que se amplían los territorios incorporados a la corona tras la conquista del valle del Guadalquivir (LÓPEZ GUTIÉRREZ, 2004: 353-367).

Esse aumento na intensidade dos registros escritos e da especialização das funções e ofícios na época de Afonso X se deu tanto na oficina régia quanto nas universitárias. “Cómo los estudios generales deven aver estacionarios, que tengan tiendas de libros para exemplarios” (AFONSO X, *Siete Partidas*, Partida II, Título XXXI, Ley XI). Esta passagem afonsina é bastante famosa e costuma ser citada quando se trata da produção do livro

universitário, “ya que es uno de los testimonios más antiguos por lo que se refiere tanto a la organización de los saberes, como a la regulación del uso de textos escolares, al menos en el ámbito de las universidades castellanas” (CUENCA MUÑOZ, 2002: 232).

Os sistemas de estudos universitários demandavam a multiplicação de cópias de textos escolares, a fim de facilitar o acesso à consulta; daí, a criação de novas oficinas, a profissionalização dos escrivães e copistas, além da própria organização do códice. Paloma Cuenca Muñoz, em seu estudo sobre o livro no século XIII, afirma que essas mudanças originam que “el acto de escribir y de copiar sea considerado como ‘trabajo’ o ‘empleo’” (CUENCA MUÑOZ, 2002: 232), no contexto dessa época, guardando as devidas distâncias culturais e cronológicas.

A remuneração da atividade de copiar em torno das universidades chega a ser regulamentada por Afonso X, como no caso dos *estacionarios*, profissional ocupante de alto cargo universitário e frequentemente mestre, cuja missão era conversar os exemplares e cuidar da fidelidade e legibilidade desses textos. Junto a esta regulação do ato de escrever e de copiar, surge uma nova organização interna do códice, “con divisiones más claras e racionales, Aparecen con más frecuencia las foliaciones, paginaciones y numeraciones de las columnas [...] los textos en libros o capítulos, señalados por letras” (CUENCA MUÑOZ, 2002: 233).

Este sistema de cópias teria atingido também textos não-escolares, como os hagiográficos (*Legenda Áurea*) e régios (*General Estoria*), o que indica que esta cadeia de produção livresca se estendeu para além das universidades. Paloma Cuenca Muñoz, seguindo a linha de investigação de Erwin Panofsky³, associa esse novo códice à escolástica e sua lógica formal, que atingem o auge neste século XIII. Portanto, concorrem como fatores importantes para a difusão dos manuscritos e da cultura escrita, inclusive em terras hispânicas, a escolástica, a criação e desenvolvimento de universidades e o barateamento do papel – cada vez mais utilizado – diante do pergaminho. Todo esse processo atinge tanto à produção e circulação do livro como sua escrita.

Ainda há muito que se pesquisar sobre as oficinas e bibliotecas universitárias, além das régias, em Castela no século XIII: “no se há estudiado em profundidad todavía esta

³ PANOFSKY, Erwin: *Arquitectura gótica y pensamiento escolástico*, Madrid, 1986.

cuestión, sobre todo en el âmbito de las universidades castellanas” (CUENCA MUÑOZ, 2002: 240). Se este tema não está esgotado na Espanha, menos ainda em terras brasileiras.

Portanto, à luz das relações entre poder, cultura e sociedade, a pesquisa de doutorado visa investigar o processo de produção, destinação e uso político das inúmeras obras afonsinas (muitas delas autógrafas); a presença de profissionais da escrita, entre eles tradutores (inclusive judeus e muçulmanos); os mecanismos de criação, tradução, circulação e apropriação dessa escrita no campo do exercício de poder por Afonso X.

Cabe destacar que os pressupostos teóricos que norteiam este trabalho e baseiam-se principalmente nas grandes mudanças trazidas com a Nova História Cultural, sobretudo com Roger Chartier e a ampliação do universo empírico à disposição do historiador, como as obras ditas literárias, as contribuições da história do livro, da escrita e da leitura.

Chartier é um grande, se não o maior, especialista em história do livro e da leitura e faz parte da geração de historiadores que rompeu, nos anos 1980, com a tradição hegemônica e totalizante francesa, constituída desde 1929 por nomes como March Bloch e dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Embora concorde com alguns postulados dos antecessores, como a multiplicação e diversificação das fontes de pesquisa e o trabalho com fontes primárias, Chartier se preocupa com a singularidade dos objetos – como o livro. Nasceu, assim, a Nova História Cultural.

O objetivo de Chartier reside em "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1988: 16-17). Seu pensamento e teoria nos servem para a apreensão do reinado afonsino no que tange à produção, representação e uso da cultura escrita.

O que se entende aqui por **representação** está diretamente vinculado ao pensamento de esse historiador, que assim defende seu uso:

para que se possam apontar e articular (sem dúvida, melhor do que o permitia a noção clássica de mentalidade) as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e designação, mediante as quais um poder, um grupo ou um indivíduo percebe, se representa e representa o mundo social; em continuação, as práticas e os signos que levam a reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um *status*, uma categoria, uma condição; e, por último, as formas institucionalizadas pelas quais alguns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam, de maneira visível e durável –

“presentificam” – a coerência de uma comunidade (CHARTIER, 2004: 1-2).

A construção do mundo social se dá também a partir das representações, que presentificam e corporificam a realidade. Portanto, a noção de representação permite articular os múltiplos posicionamentos do poder às práticas que os viabilizam, assegurando sua institucionalização, inclusive no campo narrativo, pois Chartier afirma que “as representações do mundo social ‘produzem’ a realidade” (CHARTIER, 2004: 1-2) do mundo. Portanto, cabe investigar de que forma se cruzavam a produção e as representações do livro e da escrita oriundas da oficina régia de Afonso X.

Ao introduzir o pensamento de Chartier sobre a história da leitura, Alcir Pécora defende que ela seja fundamentada na busca e exame de um *corpus* complexo, a partir de material primário, pesquisa em arquivos e bibliotecas, a fim de combater uma veia ensaística. Ele analisa a obra de Chartier e conclui que no campo das práticas de escrita há três vias: um levantamento de antigas maneiras de ler, ou seja, dos “**protocolos de leitura**” nos próprios textos; as apropriações dos textos pelo leitor, diretamente associadas ao suporte material do escrito e a polissemia do termo “leitura”.

Pécora afirma que “o conceito-chave de Chartier refere-se à ‘apropriação’ do livro pela leitura, e não à expropriação do leitor pelo livro” (PÉCORA, 2001:15) e destaca sua contribuição teórica para a discussão em torno das práticas e representações, seminais nas práticas letradas pré-românticas. Lembra também que se deve sempre cuidar para evitar anacronismos, típicos neste campo das leituras.

Ainda que seu objeto principal sejam os impressos e a prática da leitura na França moderna, a reflexão de Roger Chartier sobre o livro, a escrita e seu universo pode nos servir de arcabouço teórico-metodológico no que se refere ao nosso recorte temático e cronológico. Roger Chartier não desvincula a leitura de todo o processo de “produção do ler”, que envolve “não só os atos de ler e do escrever, mas também a circulação do impresso e como esta circulação produz sentidos entre autor, leitor via editor na sociedade” (COITO, 2012). Além de atentar para a dificuldade em se aceitar a existência de outras leituras em diferentes épocas e contextos sociais, Chartier postula que

todo autor, todo escrito impõe uma ordem, uma postura, uma atitude de leitura. Que seja explicitamente afirmada pelo escritor ou produzida mecanicamente pela

maquinaria do texto, inscrita na letra da obra como também nos dispositivos de sua impressão, o protocolo da leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça seu leitor ideal (CHARTIER, 2001: 20).

É possível, portanto, revelar as formas de ler anteriores ao nosso tempo sem recorrer a fórmulas e parâmetros anacrônicos? A relação entre produção, circulação e recepção também é um caminho interessante, mas perigoso, devido à dificuldade em se acessar os relatos dos leitores-ouvintes medievais sobre os textos a que tinham acesso. Pode-se mapear pelos protocolos de leitura das obras e seu entorno? A conquista da leitura supõe, para Chartier, “ao mesmo tempo, a entrada em uma cultura já penetrada e trabalhada pelo escrito, mesmo se este for conhecido apenas pela mediação de uma palavra e pelo conhecimento memorizado dos textos” (CHARTIER, 2001: 20).

Esse campo de estudos impõe desafios e dilemas, muitos ainda a serem superados, como os que se referem às diferentes formas de acesso ao livro e à escrita. Ao estabelecer a história do livro enquanto uma prática cultural, Chartier nos indica um caminho que pretende ser seguido por este projeto: “dar à leitura o estatuto de uma prática criadora, inventiva, produtora” (CHARTIER, 2001: 78). Diferentemente dos estruturalistas, ele postula que se parta dos códigos, não das “classes sociais”, para a apreensão da multiplicidade de apropriações dos códigos, como no caso da escrita.

As **apropriações** são entendidas por Roger Chartier como práticas de produção de sentido, dependentes das relações entre texto, impressão e modalidades de leitura, sempre diferenciadas por determinações sociais (CHARTIER, 1988: *passim*). Esse postulado serve de base para que se busquem as definições de escrita e os protocolos de leituras depositados no objeto lido e nunca esquecer que o texto é um enunciado que irradia de uma fonte cujas apropriações são múltiplas, pois as “modalidades de apropriação dos materiais culturais são, sem dúvida, tão ou mais distintas do que a inegável distribuição social desses próprios materiais” (CHARTIER, 1988: 78). Os textos e livros são objetos de múltiplas decifrações, distintos modos de difusão e socialmente divergentes em sua recepção.

O receptor se apropria e faz as obras circularem. A recuperação histórica do texto não envolve, portanto, apenas seu conteúdo. O texto, em seu sentido mais amplo, remete a uma fabricação. A ideia de que o texto é o espelho da sociedade é falsa, pois ele se insere no

universo das representações – que, conforme já comentado, modificam e orientam a realidade, caso das obras afonsinas. A escrita tem a função de consolidar, veicular, categorizar várias relações e conceitos. Cada leitor “cria” seu próprio texto ao receptá-lo, pois ele não é uma entidade autônoma. O texto se inscreve num suporte material que não é destituído dessas redes sociais.

Deve-se, portanto, sempre levar em consideração a obra em seu contexto, congregando pesquisa histórica e descrição estrutural. Jean Starobinski, em um dos volumes da série “História: Novas Abordagens”, defende que

o movimento centrífugo, que vai da obra a seus antecedentes ou a suas vizinhanças, será apenas uma rota de acaso, se não for guiado pelo conhecimento das estruturas internas da obra. Reciprocamente, a análise interna das ideias e das palavras na obra nada lucra em ignorar a sua proveniência e a sua harmonia externas. Até um certo ponto, antes de que se prolongue em interpretação, a análise estilística restitui: ela reestabelece o texto em sua plenitude de funcionamento [...] (STAROBINSKI, 1995: 81).

Cabe, então, discutir o contexto da cultura escrita na Idade Média. Seria apenas a mera alfabetização capaz de solucionar esta indagação? Chartier se coloca contrário a esta noção, segundo ele, simplificadora, pois opõe, sem nuances, duas populações: a dos leitores alfabetizados e dos analfabetos iletrados, lembrando que se deve distinguir uma leitura silenciosa da que necessita da oralização. Este contraste está associado a uma história da conquista da leitura visual em silêncio, que teria, assim, três períodos decisivos: “o dos séculos IX-XI, que viram os *scriptoria* monásticos abandonarem os antigos hábitos da leitura e da cópia oralizada; o do século XIII, com a difusão da leitura em silêncio no mundo universitário; e enfim, o da metade do século XIV, quando alcança as aristocracias laicas” (STAROBINSKI, 1995: 82).

A cultura escrita e os manuscritos avançavam cada vez mais no âmbito do privado, juntamente ao aumento de sua difusão entre distintos grupos sociais, como os nobres, cortesãos e universitários – além da oralização dos textos, que será tratada adiante. Chartier afirma que

as maneiras de ler não se reduzem, portanto, aos dois grandes modelos propostos [oral e escrito] e sua coleta deve ser empreendida cruzando-se, de um lado, os protocolos de leitura adequados aos diferentes grupos de leitores e, de outro, os traços e representações de suas práticas (STAROBINSKI, 1995: 89).

Esta reflexão é bastante pertinente, pois desmistifica a suposta dicotomia entre oral e escrito, propondo o cruzamento entre protocolos e práticas. Convém, igualmente, distinguir a produção de textos da produção de livros ou manuscritos. Descobrir e discutir o protocolo de leitura presente nestes materiais nos permite refletir se as instruções ao leitor são explícitas ou implícitas, assim como a relação entre texto e sentido. Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, que “tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja” (STAROBINSKI, 1995: 97).

Ao historiador, cabe sinalizar o social no escrito, não apenas descrevê-lo, tendo sempre em mente que muitas vezes o único indício do uso do livro, principalmente no medievo, é o próprio livro. Tão ou mais importante que o texto era o convencimento pela retórica, pois praticamente todo texto medieval se prestava ao ensinamento cristão, embutido de moralidade e proveito. A especificidade se estabelece na relação entre enunciado (texto), enunciador (geralmente o autor) e o leitor/receptor/ouvinte. O enunciado seria o foco principal dessa relação, expressão de uma **relação social**.

Albert Manguel⁴ vê no texto escrito diferentes possibilidades para sua transmissão, seja através da leitura silenciosa ou “falada”, pois toda leitura ressignifica o sentido do enunciado. Inicialmente escritos para serem lidos em voz alta, a própria tessitura dos textos medievais remetia à vocalidade. Ainda que Manguel relativize essa premência da voz sobre a letra, pois encontrou diversos indícios de uma contínua leitura silenciosa desde a Antiguidade, ele reconhece que esse tipo de leitura permanece raro até meados do medievo.

Isso se dava de forma nítida nas leituras públicas, onde a **performance** do leitor era fundamental na recepção dos textos pelos leitores-ouvintes. Convém ressaltar que reunir-se para ouvir alguém ler “tornou-se uma prática necessária e comum no mundo laico da Idade Média. Até a invenção da imprensa, a alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos, privilégio de um pequeno punhado de leitores” (MANGUEL, 1997: 138). Havia, portanto, diferentes maneiras de escrever, ler e ouvir um texto. A leitura falada dota o texto de um sentido e uma vida específicos, distintos da leitura solitária.

Manguel destaca que, dependendo de como o enunciado é transmitido (tom de voz,

⁴ MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. *passim*.

gestualística, ritmo etc), o texto adquire diferentes sentidos e provoca distintas reações no público. Impossível tratar de performance sem recorrer ao principal teórico dessa senda de estudos, Paul Zumthor. Este tem como grande contribuição para a história da escrita medieval sua reflexão sobre a performance, que seria “diálogo sem dominante nem dominado, livre troca” (ZUMTHOR, 1993: 222), em que haveria a ligação até mesmo corporal entre quem contava e quem ouvia.

Zumthor postula que o leitor-ouvinte faz parte da performance e ocupa um papel tão importante quanto o do intérprete. Além de receptor, ele assume a coautoridade do texto, uma vez que sua interpretação passa a ser essencial para a construção e recepção do enunciado. Do mesmo modo que Manguel, Zumthor crê que a relação de oposição entre oral e escrito não se coloca, portanto, para esse período. Cabe fazer uma divisão entre leitura e escrita. Esta é, em princípio, o processo de impressão de marcas e sinais que devem ser deduzidos e decodificados. Já a leitura deve ser uma decodificação desses vestígios. Pode-se ler sem escrita, sem a invenção de símbolos intencionais.

Oriunda dos mosteiros, no século IX em diante, a leitura silenciosa lentamente se difunde. Ainda assim, permanecia uma “literatura oral”, que indissociava letra e som. Ademais, “toda modalidade de fala tende, na essência a objetivar-se em uma inscrição ‘gráfica’, em sentido lato, mas sem perder sua natureza vocal” (BATANY, 2006: 389).

A leitura silenciosa é raríssima na Idade Média, pois a própria estrutura da escrita era complexa (não havia pontuação) e ler em voz alta facilitava o entendimento. Essa leitura “vocalizada” se dava tanto nas línguas vulgares quanto no latim. Do século XII em diante os próprios cânones visuais dos textos se modificaram. Os limites entre o oral e o escrito se tornaram tênues. A especialização da escrita ocorre no final do medievo. A leitura implicava uma oralidade. Jean Batany destaca essa vocalidade dos textos medievais e princípio de autoridade, pois

atrás de cada texto, procuramos também a identidade de um “autor”, ou de vários responsáveis, que gostaríamos de situar em níveis precisos: **a autoridade de uma “fonte” escrita conservada ou perdida**, a autoridade moral de um grande personagem ou de um narrador, os desígnios de escrita de um clérigo lutando com sua folha branca, as intenções de um duplo registro de um recitante às voltas com os ouvintes..., mas nunca sabemos quantos, nem quais, desses níveis afloram verdadeiramente no texto (BATANY, 2006: 383).

A partir de sua **performance**, o leitor-público se apropriava da escrita e a reinterpretava com sua voz, seu pensamento. Confundia-se, assim, a autoria do que estava sendo lido, mas talvez no caso de Afonso X essa confusão não fosse tão comum, porque suas obras eram identificadas e integravam um projeto político maior.

Para Paul Zumthor, o medieval foi marcado pela predominância fundamental da “voz” sobre a “letra”, em seu clássico livro “A letra e a voz”⁵. Ele afirma que a *vocalidade* dos textos medievais “não se reduz ao emprego de fórmulas estereotipadas. A ‘voz poética tendia ao canto, o gesto poético tendia à dança, sua realização final’” (ZUMTHOR, 1993: 249). Porém, longe de contradizer a vocalização ou oralização, a transcrição gráfica auxiliava-a de diversas maneiras. Para Zumthor, há que se vencer a dicotomia entre oral e escrito na Idade Média, pois

a fixação pela e na escritura de uma tradição que foi oral não põe necessariamente fim a esta, nem a marginaliza de uma vez. Uma simbiose pode instaurar-se, ao menos, certa harmonia: o oral se escreve, o escrito se quer uma imagem do oral; de todo o modo, faz-se referência à autoridade de uma voz (ZUMTHOR, 1993: 83).

Contudo, a ideia de autor, nesse momento, é problemática, pois os textos eram recriados e interpolados, e o leitor-ouvinte era participativo. Não havia a ideia de texto fechado. Na passagem para o escrito isso se modificava. No século XII escrita e leitura se difundem. O texto em verso era mais utilizado, por sua oralidade e ritmo. Havia muitas intervenções no texto, de copistas, autores, leitores, etc.

Pode parecer confuso, mas as múltiplas relações sensoriais não se dão de forma muito distinta na “leitura silenciosa”. Ainda que não ouça a própria voz, o leitor ressoa os sons de sua reflexão, não interagindo com o texto de forma passiva – mesmo no caso de uma escrita régia. Esse viés dialógico entre escrita e leitura também abre distintas possibilidades de recepção e apropriação do material escrito por cada leitor-súdito.

Daí Manguel achar praticamente impossível distinguir as categorias de escrita e leitura, recorrendo ao axioma platônico “o texto escrito fica, as palavras voam”. Ao voar, elas nunca chegam ao seu destino da mesma forma que partiram. O autor propõe, assim, a complementaridade entre voz e escrita. Isso ocorreu no baixo medieval? Como se apreender a escrita e a leitura nessa época?

⁵ ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Como se falar em história da escrita, da leitura e da circulação neste século XIII? Pode-se definir o que é um texto escrito nesta época tão marcada pela oralidade? O que chegou até nós são registros e indícios do vivido, e é a partir deles que estabelecemos nossas análises históricas, sempre marcadas por um tempo e um espaço delimitados e norteadas por orientações teórico-metodológicas. No caso de Afonso X, a escrita foi tratada como um patrimônio, inclusive material, para a posteridade:

Sabemos que Alfonso X no destinó sus obras a la libre circulación y lectura, el destino que sí puede darles un genuino literato, sino que forman parte de un patrimonio regio, de carácter político, cuya expresión material son textos escritos con carácter « oficial » (y no por mero mecenazgo literario) que se componen y custodian celosamente y que, además, se heredan (LODARES, 1996. p. 108).

Entretanto, a oficina régia afonsina deveria ser consciente do poder das palavras, já que para um autor medieval “las palabras son una demostración fehaciente de verdades naturales, históricas o intelectuales: se desentraña el nombre y se desentraña la esencia” (LODARES, 1996. p. 107). É como se a essência das coisas estivesse verbalizada e revelar as palavras fosse revelar a própria verdade.

A atividade de definir, interpretar, esclarecer, traduzir, escrever era um método de conhecimento e de intermediação que dotavam os textos afonsinos de grande credibilidade, porque por trás das palavras estaria a própria realidade. Por trás do livro, estaria o verbo. Nesse sentido, “el Rey aparece como la representación política de Dios en la Tierra y su reino material trasunto del divino” (LODARES, 1996. p. 112).

Bibliografía

AFONSO X. *General Estoria*. Madri: Centro de Estudios Históricos, 1930.

_____. *Las Siete Partidas*. Barcelona: Imprenta de Antonio Bergnes, Calle de Escudellers, No. 2, 1844.

_____. *Primera Crónica General de España*. Madri: Editorial Gredos, 1955.

_____. *Setenario*. VANDERFORD, Kenneth. (ed.). Buenos Aires: Instituto de Filología, 1945

_____. *Antologia*. Edición de Antonio García Solalinde. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1940.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

_____. *A ordem dos livros*. Brasília: EdUnb, 1994.

_____. (dir.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. “O livro”. *História: novos objetos*. LE GOFF, Jacques (dir.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. pp. 99-115.

COITO, Roselene de Fátima. *O conceito de leitura: da polissemia epistêmica*. In: Revista Linguagem. Universidade Federal de São Carlos, Vol. 10. 2009. Disponível em: http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao10/artigos_oconceitodeleitura.php. Consulta em 25/09/2012.

CUENCA MUÑOZ, Paloma. “El Libro en el siglo XIII: La Peca”. In: *I Jornadas sobre documentación jurídico-administrativa, económico-financiera y judicial del reino castellano-leonés (siglos X-XIII)*. Dpto.de Ciencias y Técnicas Historiográficas. Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2002. p. 231-242.

FRÓES, Vânia Leite. *O livro de horas dito de D. Fernando – Maravilha para ver e rezar*. In: Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 129 (2009). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. p. 93.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel y CARMONA RUIZ, María Antonia. *Documentación e itinerario de Alfonso X*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2011.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X el sabio: historia de un reinado – 1252-1284*. Palencia: Editorial La Olmeda, 1999.

JACQUART, Danielle. “A escola de tradutores”. In: *Toledo - Séculos XII-XIII. Muçulmanos, Cristãos e Judeus - o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. pp. 155-167.

KLEINE, Marina. “Sancho Pérez y la cámara del rey en el reinado de Alfonso X”. In:

Alcanate. *Revista de Estudios Alfonsíes*. Vol. VII. 2010-2011. Cádiz: Cátedra Alfonso X el Sabio, 2011. pp. 329-357.

LODARES, Juan Ramón. “El mundo en palabras. (Sobre las motivaciones del escritorio alfonsí en la definición, etimología, glosa e interpretación de voces)”. In: *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. N°21, 1996. pp. 105-118.

LÓPEZ GUTIÉRREZ, Antonio J. “Oficio y funciones de los escribanos en la cancillería de Alfonso X”. En: *Historia. Instituciones. Documentos*, 31. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004; pp. 353-367.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PIDAL, Ramón Menéndez. “Presentación” e “La primera crónica General de España”. In: AFONSO X. *Primera Crónica General de Espanã*. pp. VII-LVI. p. XX.

RUIZ GARCÍA, Elisa. “*Rex escribens*: discursos de la conflictividad en Castilla (1230-1350)”. In: NIETO SORIA, José Manuel (dir.). *La monarquía como conflicto en la Corona castellano-leonesa (c. 1230-1504)*. Madri: Sílex, 2006. pp. 359-422.

STAROBINSKI, Jean. “A literatura: O texto e o seu intérprete”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: A “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.